

BEE4 S.A. - BALCÃO ORGANIZADO DE EMPRESAS  
EMERGENTES

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2025

# BEE4 S.A. - BALCÃO ORGANIZADO DE EMPRESAS EMERGENTES

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2025

## Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa individual - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
BEE4 S.A. - Balcão Organizado de Empresas Emergentes  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Examinamos as Demonstrações Contábeis da BEE4 S.A. - Balcão Organizado de Empresas Emergentes ("Companhia"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

#### Dependência de Aporte de Capital dos Sócios e Investidores para Continuidade Operacional

Destacamos que, de acordo com a Nota Explicativa nº 1 de contexto operacional da Companhia, sua continuidade operacional na fase atual depende substancialmente do aporte de capital por parte dos sócios e investidores, de forma a suprir as necessidades financeiras da Companhia. A Administração tem delineado planos para garantir que a Companhia receba o suporte financeiro necessário pelo tempo requerido, até que seja alcançada uma geração de caixa suficiente para honrar suas obrigações financeiras. Este comprometimento dos sócios e investidores com a empresa será fundamental para assegurar a viabilidade operacional da Companhia durante o período de transição e evolução de seu modelo de negócios. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo, e conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 SP 013846/O-1

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Victor Henrique Fortunato Ferreira', written over a faint blue grid.

Victor Henrique Fortunato Ferreira  
Contador CRC 1 SP 223326/O-3

# BEE4 S.A. - BALCÃO ORGANIZADO DE EMPRESAS EMERGENTES

## Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024		Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.758.041	1.479	Fornecedores	10	542.175	557.035
Contas a receber		7.625	4.100	Obrigações trabalhistas e tributárias	12	166.726	354.139
Adiantamento a fornecedor	5	1.798,89	3.261	Outras Obrigações		69.052	445.392
Impostos a recuperar	6	110.254	298.546	Provisões	12	228.190	318.902
Outros Créditos	7	7.941	3.002.302			1.006.143	1.675.468
		<u>2.885.660</u>	<u>3.309.688</u>				
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Outras contas a receber		173.710	173.710	Empréstimos e financiamentos	11	-	51.828.562
Imobilizado	8	167.978	207.232			-	51.828.562
Intangível	9	11.798.920	7.810.249				
		<u>12.140.609</u>	<u>8.191.190</u>				
<b>Patrimônio líquido</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	14	50.987.515	200.000
				Reserva de capital		21.222.950	-
				Prejuízos acumulados		(58.190.339)	(42.203.152)
						<u>14.020.126</u>	<u>(42.003.152)</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>15.026.269</u></u>	<u><u>11.500.878</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>15.026.269</u></u>	<u><u>11.500.878</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# BEE4 S.A. - BALCÃO ORGANIZADO DE EMPRESAS EMERGENTES

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	15	140.587	1.258.210
Custo dos serviços prestados	16	(3.769.041)	(2.990.899)
Lucro bruto		(3.628.454)	(1.732.690)
Despesas com pessoal	17	(4.920.339)	(5.613.541)
Despesas gerais e administrativas	17	(5.474.107)	(5.630.279)
Outras receitas/despesas operacionais		(530.300)	-
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		(14.553.200)	(12.976.509)
Receitas financeiras	18	299.409	124.193
Despesas financeiras	18	(1.732.324)	(2.065.683)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(15.986.115)	(14.918.000)
IRPJ e CSLL		-	-
Prejuízo do exercício		(15.986.115)	(14.918.000)
Resultado por ações- R\$		(0,29)	(75)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# BEE4 S.A. - BALCÃO ORGANIZADO DE EMPRESAS EMERGENTES

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

---

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo do exercício	<u>(15.986.115)</u>	<u>(14.918.000)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(15.986.115)</u></u>	<u><u>(14.918.000)</u></u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# BEE4 S.A. - BALCÃO ORGANIZADO DE EMPRESAS EMERGENTES

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	200.000	-	(27.858.942)	(27.658.942)
Prejuízo do exercício	-	-	(14.918.000)	(14.918.000)
Ajuste do exercício anterior	-	-	573.790	573.790
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>200.000</u>	<u>-</u>	<u>(42.203.152)</u>	<u>(42.003.152)</u>
Integralização	50.787.515	21.222.950	-	72.010.465
Prejuízo do exercício	-	-	(15.986.115)	(15.986.115)
Ajuste do exercício anterior	-	-	(1.072)	(1.072)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u><u>50.987.515</u></u>	<u><u>21.222.950</u></u>	<u><u>(58.190.339)</u></u>	<u><u>14.020.126</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# BEE4 S.A. - BALCÃO ORGANIZADO DE EMPRESAS EMERGENTES

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(15.986.115)	(14.918.000)
Ajustes por:		
Depreciações	69.731	72.615
Ajustes exercícios anteriores	(1.072)	573.790
	<u>(15.917.456)</u>	<u>(14.271.595)</u>
Redução (aumento) nos ativos		
Clientes	(3.525)	(4.100)
Adiantamentos a fornecedores	1.462	114.791
Impostos a recuperar e diferidos	188.292	(81.960)
Outras contas a receber	2.994.361	(2.994.424)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(14.860)	(373.592)
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias	(187.414)	94.165
Outras contas a pagar	(467.052)	395.293
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>2.511.264</u>	<u>(2.849.827)</u>
Debentures	(51.828.562)	17.010.107
Aumento de capital	50.787.515	-
Reserva de Capital	21.222.950	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>20.181.903</u>	<u>17.010.107</u>
Aquisição de ativo imobilizado	(30.478)	(80.742)
Aquisição de ativo intangível	(3.988.671)	(4.936.753)
Caixa consumido nas atividades de investimento	<u>(4.019.149)</u>	<u>(5.017.495)</u>
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>2.756.562</u></u>	<u><u>(5.128.810)</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.479	5.130.289
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.758.041	1.479
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>2.756.562</u></u>	<u><u>(5.128.810)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) publicou, em 11 de maio de 2021, a Resolução CVM nº 29, que regulamentou a constituição e o funcionamento de um ambiente regulatório experimental em que as pessoas jurídicas participantes podem receber autorizações temporárias para testar modelos de negócio inovadores em atividades nos mercados de valores mobiliários regulamentados pela CVM (“Sandbox Regulatório”).

Nesse contexto o Grupo Solum, holding de investimentos alternativos que atua em diferentes frentes do mercado de capitais, através da sua controlada BEEGIN SOLUÇÕES EM CROWDFUNDING LTDA (“Beegin”) e em parceria com a CIP S.A. (“Núcleo”) e a FLOW REPRESENTAÇÕES S.A. (“Finchain”), submeteu uma proposta de projeto para participação no primeiro processo de admissão no âmbito do Sandbox Regulatório.

O referido projeto submetido foi aprovado e resultou na constituição da sociedade que hoje é a BEE4 S.A. - BALCÃO ORGANIZADO DE EMPRESAS EMERGENTES (“BEE4”), companhia administradora de mercado de balcão organizado e cujo objetivo principal é preencher uma lacuna do mercado de capitais brasileiro, e conseqüentemente, da economia nacional, inovando ao introduzir o primeiro mercado de acesso destinado às pequenas e médias empresas brasileiras (“PMEs”), de modo que as sociedades desse porte possam captar recursos e ter os seus valores mobiliários tokenizados e admitidos à negociação de forma pública.

A autorização para o funcionamento da BEE4 foi concedida pela CVM no contexto do Sandbox Regulatório e nos termos da Deliberação CVM nº 874, de 20 de setembro de 2021, permitindo que a BEE4 opere o seu mercado sob a regulamentação da Resolução CVM nº 135, de 10 de junho de 2022, com dispensas específicas que têm o propósito principal de facilitar e fomentar o acesso das PMEs ao mercado de capitais.

A concepção da BEE4 é pioneira não só na esfera do mercado de capitais, mas também no seu uso de tecnologia. Os ativos emitidos pelas companhias listadas são tokenizados, de modo que esses valores mobiliários passam a ser representados por tokens, ou seja, ativos digitais, que por sua vez são negociados no mercado BEE4. Assim, a estrutura descrita permite a negociação dos valores mobiliários emitidos por meio de estruturas baseadas na tecnologia de blockchain.

A BEE4 iniciou suas operações em setembro de 2022 e desde então já listou quatro companhias de diferentes setores. As ações das companhias listadas são negociadas semanalmente nos pregões do mercado de balcão organizado administrado pela BEE4.

A autorização de operação concedida à BEE4 e descrita neste material tem caráter experimental, mediante permissão temporária. Inicialmente prevista para findar em 2023, a autorização foi estendida pela CVM até junho de 2026, por força da Deliberação CVM nº 891, de 06 de março de 2024.

A primeira versão do ambiente de negociação da BEE4 ("V1") foi lançada em setembro de 2022, em modelo de mínimo produto viável ("MVP"), com o objetivo de testar o modelo de negócios descrito acima. A V1 permitiu o cadastro dos clientes para acesso direto à plataforma denominada "mercado.bee4".

Uma vez testado o modelo de negócios, a BEE4 iniciou seu projeto de alteração para o formato denominado "roteamento de ordens" ("V2"). A V2 foi iniciada mediante à conexão de 2 (duas) corretoras de valores mobiliários ao mercado BEE4, conforme autorizado pela Deliberação CVM nº 874, de 20 de setembro de 2021, de modo que o ambiente de negociação passou a ser acessado exclusivamente através destas. O primeiro pregão no novo modelo ocorreu em 11/09/2024. Assim, a ferramenta mercado.bee4 e seus subsistemas deixaram de ser utilizados, uma vez que o acesso dos clientes passou ser exclusivamente por intermédio das corretoras participantes do ecossistema. Esta mudança de escopo exigiu uma nova abordagem do ponto de vista de conectividade. A partir do novo modelo, a BEE4 passou a oferecer soluções de interface sistêmica, que permite o acesso por múltiplos usuários de uma mesma organização (denominada "BEE4 Traders").

Devido à V1 ter operado em caráter provisório e de validação, por decisão estratégica, a diretoria da BEE4 optou por isentar os participantes das tarifas de negociação. Por esse motivo, a empresa não obteve receitas provenientes das referidas tarifas, seguindo financeiramente dependente da captação de recursos mediante emissão de debêntures, o que explica o aumento de seu Patrimônio Líquido negativo, bem como o aumento de seu passivo de médio e longo prazo.

Adicionalmente, os investimentos realizados na V2 constituem um aumento do ativo intangível em formação, enquanto a descontinuação da V1 fez necessário um "*impairment*" realizado em 2023.

Contudo, a Administração avalia que a Companhia possui plena capacidade de continuar operando e tem segurança de que ela terá todos os recursos financeiros necessários para dar continuidade aos seus negócios, considerando a escassez de alternativas para captação de recursos pelas PMEs no mercado brasileiro. Além disso, a quantidade de empresas na faixa de faturamento buscada pela BEE4 é muito expressiva, fazendo com que o negócio seja atrativo e tenha grande potencial de crescimento.

Em maio de 2025, com o objetivo de atender uma exigência da CVM, que estabeleceu que para a concessão das autorizações definitivas da BEE4 para o desenvolvimento das atividades de depósito central de valores mobiliários, funcionamento de balcão organizado e administração de mercado de balcão organizado, deveria ter capital social integralizado em valor suficiente para que o seu Patrimônio Líquido alcançasse um valor mínimo de R\$ 8.000.000,00 (Oito milhões de reais).

Então para o cumprimento da exigência da CVM, foi constituída a BEE4 Controle, nova holding que passou a ser a controladora de 100% das ações da BEE4. Para isto, inicialmente foram integralizados no capital R\$1,112 milhões no capital da BEE4, valor que estava classificado como AFAC de origem do Grupo Solum. No mesmo período, o passivo que a BEE4 possuía referente as debêntures junto à Nuclea foram canceladas e a sua controladora BEE4 Controle assumiu este passivo com a emissão de novas debêntures no mesmo valor. Desta forma, gerou-se um crédito da BEE4 Controle com a BEE4, que foi utilizado para a realização do aumento de capital desta, que passou a ter naquele momento o seu Patrimônio Líquido positivo em R\$10,831 milhões. Em decorrência deste movimento, gerou-se uma reserva de capital no montante de R\$ 21,22 milhões.

Ao longo de 2025, foram obtidas as licenças definitivas tanto de Balcão Organizado quanto Central Depositária, tendo sido a publicação da Ata de Reunião do Colegiado CVM com a ratificação destas licenças divulgadas no site da CVM em 15/10/2025.

Com isso, o início das operações de Central Depositária ficou previsto para março de 2026, após a realização de testes operacionais finais junto ao Banco Central.

A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade, que se dará através do aporte de capital por parte dos sócios e investidores, pelo período que for necessário, até o momento que a empresa tenha geração de caixa suficiente para arcar com suas obrigações financeiras.

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

### a. Declaração de conformidade com relação às normas contábeis adotadas no Brasil

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as alterações promovidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Gerais (NBC TG(s)) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em Reais, centavos eliminados)

---

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada e aprovada pela administração em 31 de março de 2026.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis foram preparadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação destas demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras de contabilidade exige que a Administração faça julgamentos sobre estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas quando apurados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 - Imobilizado;
- Nota 9 - Intangível.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d. Objetivo das demonstrações contábeis

As informações contábeis, que compreendem o balanço encerrado em 31 de dezembro de 2025 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e as respectivas notas explicativas serão utilizadas pelos acionistas e bancos.

### 3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto menção em contrário.

#### a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao valor justo na mensuração inicial e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários a vista, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

#### b. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, quando aplicável.

A provisão de perdas de crédito esperadas sobre créditos de liquidação duvidosa não foi constituída, pois não há perdas ou créditos de liquidação duvidosa na data de 31/12/2025.

#### c. Imobilizado

##### (i) Reconhecimento e valorização

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável ("*impairment*"). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

##### (ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

#### Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil remanescente dos bens mencionadas na Nota Explicativa nº 8 e perda para valor recuperável dos ativos ("*impairment*"), quando aplicável. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

#### d. Operações de arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)/IFRS 16

A Administração revisou todos os contratos de arrendamento e concluiu que a maior parte se refere a arrendamentos de curto prazo, de baixo valor e ainda arrendamentos nos quais não controlam o ativo e nem direcionam o uso. Estes arrendamentos continuaram sendo reconhecidos linearmente como despesas no resultado do exercício. A Companhia não possui outros arrendamentos, sujeitos ao escopo da nova norma, desta forma, não reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento.

#### e. Instrumentos financeiros

##### (i) Classificação e mensuração - Ativos financeiros

A NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros contém uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A NBC TG 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado ("*CA*"), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("*VJORA*") e ao valor justo por meio de resultado ("*VJR*").

Os instrumentos financeiros são classificados e mensurados ao custo amortizado, exceto os instrumentos financeiros derivativos, mensurados ao valor justo por meio de resultado, quando aplicável.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("*impairment*"). Se houver alguma evidência, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por "*impairment*" desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado, é reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não transacionou instrumentos financeiros derivativos.

(iii) Debêntures conversíveis

Instrumentos financeiros como as debêntures conversíveis, apresentam atributos de dívida e não de patrimônio, conseqüentemente foram classificados conforme sua essência econômica, empréstimos e financiamento e conforme as diretrizes do CPC 39.

Redução ao valor recuperável ("Impairment")

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Nos exercícios de 2021 a 2024, a Companhia reconheceu e mensurou um ativo intangível relacionado à ferramenta "mercado.bee4" = Ferramenta V1, desenvolvida para operacionalizar um modelo de negócios baseado na listagem e na negociação de valores mobiliários tokenizados de empresas de pequeno e médio porte em um mercado secundário.

Ao longo de 2023, foram identificados indicadores de *impairment* relativos a esse ativo intangível, principalmente devido à não geração de fluxo de caixa suficiente em seu desempenho operacional, além de uma decisão estratégica por parte da Companhia de descontinuar o uso da Ferramenta V1 em 2024, substituindo-a pela Ferramenta V2. A Ferramenta V2 emergirá em resposta à reestruturação do modelo de negócios para o "roteamento de ordens", um modelo que se alinha com a nova estratégia de aproximação e serviço às corretoras, marcando uma significativa mudança na operacionalização e na infraestrutura tecnológica necessária.

Em conformidade com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia conduziu uma avaliação de *impairment* para a Ferramenta V1, considerando como valor recuperável o maior valor entre o valor em uso — baseado nos fluxos de caixa futuros esperados até a sua descontinuação em 2024 — e o valor justo menos custos para venda. Após análise, constatou-se que o valor contábil do ativo intangível excedia o seu valor recuperável, indicando a presença de perda por *impairment*.

Diante dos resultados obtidos na avaliação, a Companhia procedeu ao reconhecimento de uma despesa de *impairment* para o ativo intangível Ferramenta V1 no exercício de 2023, refletindo adequadamente a perda de valor recuperável do ativo. O montante específico da despesa de *impairment*, que afeta diretamente o resultado operacional da Companhia, bem como a redução correspondente no valor contábil do ativo intangível, evidencia a adequada gestão e a responsabilidade da Companhia frente à evolução de seu modelo de negócios e da infraestrutura tecnológica.

f. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Companhia ainda não é parte de processos judiciais e administrativos.

g. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo que um recurso econômico seja requerido para liquidação.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

h. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Sociedade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

i. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

j. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que o Grupo questionou a inconstitucionalidade de tributos.

k. Capital social

O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias classificadas no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

l. Imposto de renda e contribuição social - Corrente e Diferido

A Companhia esclarece que, desde o momento de sua constituição até o presente momento, não foram apuradas bases tributárias positivas que resultassem em obrigações fiscais a pagar. Conseqüentemente, a Companhia não está em conformidade com os requisitos necessários para o reconhecimento de impostos diferidos em suas demonstrações contábeis.

Em virtude da ausência de bases tributárias positivas e do não atendimento às normas de reconhecimento de impostos diferidos, a Companhia não reconheceu quaisquer valores relacionados a impostos diferidos em suas demonstrações contábeis. Esclarecemos que a falta dessas bases tributárias positivas gera uma situação em que neste momento não há expectativa de utilização de prejuízos fiscais e créditos tributários no futuro próximo de um exercício para compensar lucros tributáveis.

#### m. Receita

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico futuros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções e descontos comerciais.

#### Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos e perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em base segregada como receitas financeiras e despesas financeiras.

#### 3.1. Novas normas, alterações e interpretações

##### 3.1. Novas normas, alterações e interpretações

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). No exercício de 2025, entrou em vigor a alteração à IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio, que introduziu requisitos para determinação da taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra. A Companhia analisou os efeitos da referida alteração e concluiu que não há impactos em suas demonstrações contábeis, uma vez que não opera em ambientes com restrições cambiais e não mantém operações no exterior.

##### 3.2. Reforma Tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, prevendo a substituição progressiva do PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI pelos novos tributos CBS, IBS e Imposto Seletivo. Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em Reais, centavos eliminados)

Complementar nº 214/2025, que regulamentou os referidos tributos, com vigência gradual entre 2026 e 2033. A Lei Complementar nº 224/2025 disciplinou ainda critérios mais restritivos para concessão de incentivos e benefícios fiscais pela União.

A Administração avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e da LC 224/2025 e concluiu que, dado o estágio atual de regulamentação e o modelo de negócios da Companhia, não há impactos relevantes nas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia acompanhará o avanço da regulamentação complementar e divulgará os efeitos relevantes à medida que a legislação for consolidada.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Bancos	28.451	1
Aplicações financeiras	2.729.590	1.478
	<u>2.758.041</u>	<u>1.479</u>

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remuneradas a taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com bancos de primeira linha em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

#### 5. Adiantamentos a fornecedores

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Adiantamento a fornecedores	1.799	3.261
	<u>1.799</u>	<u>3.261</u>

#### 6. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pis a Compensar	11.586	9.330
Cofins a Compensar	41.608	33.374
CSLL a Recuperar	1.401	12.660
IRRF sobre Aplicação Financeira	32.351	202.839
IRRF a Recuperar	23.308	40.343
	<u>110.254</u>	<u>298.546</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em Reais, centavos eliminados)

## 7. Outros créditos

	31/12/2025	31/12/2024
Valores a receber - emissão de debêntures (*)	-	3.000.000
Adiantamento a terceiros	7.941	2.302
	<u>7.941</u>	<u>3.002.302</u>

(\*) os valores referentes a emissão das Debêntures emitidas foram recebidos em 03 de junho de 2025.

## 8. Imobilizado

## Custo

	31/12/2024			Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	
Equipamentos de informática	373.019	33.585	(6.519)	400.084
Máquinas e equipamentos	1.623	-	-	1.623
	<u>374.642</u>	<u>33.585</u>	<u>(6.519)</u>	<u>401.707</u>

## Depreciação acumulada

	Taxa de Depreciação (%)	31/12/2024			31/12/2025	
		Saldo Inicial	Adições	Baixas	Saldo Final	
Equipamentos de informática	20	(166.558)	(73.337)	7.181	(232.714)	
Máquinas e equipamentos	10	(852)	(162)	-	(1.014)	
		<u>(167.410)</u>	<u>(73.500)</u>	<u>7.181</u>	<u>(233.729)</u>	
Imobilizado líquido		<u>207.232</u>	<u>(39.915)</u>	<u>662</u>	<u>167.978</u>	

## 9. Intangível

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela BEE4 e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

A despesa de amortização é reconhecida no resultado a menos que seja incluída no valor contábil de outro ativo. Nesses casos, a amortização de ativos intangíveis utilizados para atividades de desenvolvimento é incluída como parte do custo de outro ativo intangível.

BEE4 S.A. - BALCÃO ORGANIZADO DE EMPRESAS EMERGENTES

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em Reais, centavos eliminados)

Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

Custo

	31/12/2024				31/12/2025
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo Final
Software	8.155.871	3.988.671	-	-	12.144.543
Marcas e patentes	415	-	-	-	415
	<u>8.156.286</u>	<u>3.988.671</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.144.958</u>

Amortização acumulada

		31/12/2024			31/12/2025
	Taxa de Amortização (%)	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Saldo Final
Software		(346.038)	-	-	(346.038)
Total amortização		(346.038)	-	-	(346.038)
Intangível Líquido	20	<u>7.810.249</u>	<u>3.988.671</u>	<u>-</u>	<u>11.798.920</u>

11. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	542.175	557.035
Circulante	<u>542.175</u>	<u>557.035</u>

12. Empréstimos e financiamentos

a. Passivo não circulante

	31/12/2025	31/12/2024
Debentures conversíveis em ações	-	51.828.562
Total Não Circulante	<u>-</u>	<u>51.828.562</u>

b. Mapa de movimentação dos empréstimos e financiamentos.

	31/12/2024				31/12/2025
	Saldo Inicial	Adições (Valor Nominal)	Adições (Juros e Correções)	Cancelamento	Saldo Final
Debentures conversíveis	51.828.562	5.000.000	1.613.221	(58.441.783)	-

O montante acima é composto, conjuntamente:

(i) pela Escritura de 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO PRIVADA DE DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES ORDINÁRIAS, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA BEE4 S.A. - BALCÃO ORGANIZADO DE EMPRESAS EMERGENTES, conforme celebrada em 31/03/2022 ("Escritura Primeira Emissão"), sendo a totalidade das debêntures subscritas exclusivamente pela Núclea (CIP S.A.), e que, após aditamentos posteriores, corresponde a 1.049 (uma mil e quarenta e nove) debêntures, no valor de R\$ 10.490.000,00 (dez milhões e quatrocentos e noventa mil reais), acrescidos de correção conforme cada data de integralização, nos termos da própria Escritura Primeira Emissão.

(ii) pela Escritura de 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO PRIVADA DE DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES ORDINÁRIAS, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA BEE4 S.A. - BALCÃO ORGANIZADO DE EMPRESAS EMERGENTES, conforme celebrada em 06/01/2023 ("Escritura Segunda Emissão"), sendo a totalidade das debêntures subscritas exclusivamente pela Núclea (CIP S.A.), e que, após aditamentos posteriores, corresponde a 2.254 (duas mil e duzentas e cinquenta e quatro) debêntures, no valor de R\$ 22.540.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos e quarenta mil reais), acrescidos de correção conforme cada data de integralização, nos termos da própria Escritura Segunda Emissão.

(iii) pela Escritura de 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO PRIVADA DE DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES ORDINÁRIAS, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA BEE4 S.A. - BALCÃO ORGANIZADO DE EMPRESAS EMERGENTES, conforme celebrada em 01/03/2024 ("Escritura Terceira Emissão"), sendo a totalidade das debêntures subscritas exclusivamente pela Núclea (CIP S.A.), e que, após aditamentos posteriores, corresponde a 1.200 (uma mil e duzentas) debêntures, no valor de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), acrescidos de correção conforme cada data de integralização, nos termos da própria Escritura Terceira Emissão.

(iv) pela Escritura de 4ª (QUARTA) EMISSÃO PRIVADA DE DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES ORDINÁRIAS, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA BEE4 S.A. - BALCÃO ORGANIZADO DE EMPRESAS EMERGENTES, conforme celebrada em 27/12/2024 ("Escritura Quarta Emissão"), sendo a totalidade das debêntures a serem subscritas exclusivamente pela Núclea (CIP S.A.), e que corresponde a 600 (seiscentas) debêntures, no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), acrescidos de correção conforme cada data de integralização, nos termos da própria Escritura Quarta Emissão. Há previsão de aditamento da Escritura de Quarta Emissão durante o ano de 2025, no que se refere à quantidade de debêntures emitidas e valor total.

As Escrituras foram aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizadas nas mesmas datas de assinatura das referidas escrituras e encontram-se devidamente registradas na Junta Comercial do Estado de São Paulo. As debêntures foram emitidas em séries únicas, na Cidade e Estado de São Paulo, tendo sido objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. Os recursos obtidos com as debêntures foram ser utilizados pela emissora para desenvolver as atividades do seu objeto social, de acordo com os respectivos planos de negócios, os quais estão arquivados na sede da Emissora, enviados para a debenturista e aprovados pelas Partes.

As subscrições foram realizadas pela debenturista, mediante a solicitação da emissora, considerando as datas e condições específicas descritas das Escrituras de Primeira e Segunda Emissão. As subscrições foram corrigidas pela variação positiva do IPCA, desde a data de sua emissão até a data do respectivo pagamento. Não incidindo quaisquer juros remuneratórios sobre as debêntures.

Todas as obrigações da emissora, inclusive condições precedentes, estavam adimplidas a cada subscrição solicitada, bem como permanecem adimplidas até a data de elaboração destas demonstrações contábeis.

A conversibilidade das debêntures em ações ordinárias da emissora está sujeita à verificação do implemento de determinadas condições precedentes, tão logo seja obtida aprovação do Banco Central do Brasil, para que a debenturista, a seu exclusivo critério, possa converter em até 1 (um) mês a partir de tal aprovação. Caso a debenturista não converta as debêntures estas poderão ser convertidas em debêntures participativas. As debêntures também poderão ser objeto de cessão a terceiros, a critério da debenturista e desde que respeitadas condições das Escrituras de Primeira e Segunda Emissão.

As debêntures têm prazo de vencimento de 3 (três) anos, sendo a primeira emissão prevista para 31/03/2025, a segunda emissão prevista para 06/01/2026, a terceira emissão prevista para 01/03/2027 e a quarta emissão prevista para 27/12/2027.

#### 11.1 Cancelamento de Debêntures e Substituição pela Controladora

Em maio de 2025, como parte do processo de reestruturação societária e para atendimento às exigências da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, a totalidade das debêntures emitidas pela BEE4 S.A. e subscritas pela Nuclea (CIP S.A.) foi cancelada, mediante formalização documental entre as partes.

Simultaneamente, a nova holding da Companhia, denominada BEE4 Controle, assumiu o passivo correspondente e emitiu debêntures de mesma natureza, valor e condições contratuais àquelas originalmente emitidas pela BEE4 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em Reais, centavos eliminados)

Essa operação gerou um crédito da BEE4 Controle perante a BEE4, o qual foi integralizado como capital social, resultando no aumento do Patrimônio Líquido da Companhia para R\$ 10.830.806,08 (dez milhões e oitocentos e trinta mil oitocentos e seis reais e oito centavos) em 31 de maio de 2025. O cancelamento da obrigação e a capitalização do crédito ocorreram com base em documentação firmada entre as partes e foram registrados conforme os princípios contábeis aplicáveis.

## 13. Obrigações trabalhistas e tributárias

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Salários a pagar	-	2.225
INSS a Recolher	69.409	79.877
FGTS a Recolher	16.281	20.347
IRRF s/Salários a Recolher	58.109	57.426
Provisão de férias e encargos	228.190	318.902
Pis a recolher	-	20.444
Cofins a recolher	-	94.531
ISS a recolher	577	67.533
Demais tributos a recolher	22.350	11.756
	<u>394.916</u>	<u>673.041</u>
Obrigações trabalhistas e tributárias	166.726	354.139
Provisões	228.190	318.902

## 14. Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para demandas judiciais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui contingências com prognóstico provável e possível para serem contabilizadas e divulgadas em notas explicativas.

## 15. Patrimônio líquido

### Capital social

Em 31 de maio de 2025, o Capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 50.987.515 (cinquenta milhões e novecentos e oitenta e sete mil e quinhentos e quinze reais) dividido em 54.342.000 (cinquenta e quatro milhões trezentas e quarenta e duas mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado pela BEE4 Controle VIII S.A.

---

Acionistas	2025
Bee4 Controle VII S.A.	50.987.515

---

### Reserva legal

Quando aplicável, constituída em 5% do lucro líquido do exercício limitada à 20% do capital social.

### Dividendos

Assembleia geral poderá autorizar a distribuição parcial do lucro apurado em dividendos, ou então a retenção dele, para incorporação ao capital da sociedade, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente.

## 14.1 Composição do Aporte de Capital em Maio de 2025

O aumento do capital social da BEE4 S.A. ocorrido em maio de 2025 decorre da conversão de um crédito oriundo da BEE4 Controle, sua nova controladora. Esse crédito teve origem na assunção, pela BEE4 Controle, das debêntures originalmente emitidas pela BEE4 e detidas pela Nuclea.

Após o cancelamento formal das obrigações financeiras pela BEE4, a BEE4 Controle utilizou o direito creditório resultante como base para a integralização de capital na Companhia, o que viabilizou o cumprimento da exigência regulatória de patrimônio líquido mínimo de R\$ 8.000.000,00 estabelecida pela CVM para concessão da autorização definitiva de funcionamento.

BEE4 S.A. - BALCÃO ORGANIZADO DE EMPRESAS EMERGENTES

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em Reais, centavos eliminados)

16. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas de prestação de serviços	176.309	1.468.960
(-) ISS	(7.037)	(73.173)
(-) PIS	(4.639)	(24.475)
(-) COFINS	(24.046)	(113.102)
	<u>140.587</u>	<u>1.258.210</u>

17. Custo dos serviços

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Serviços de terceiros	(3.769.041)	(2.990.899)
	<u>(3.769.041)</u>	<u>(2.990.899)</u>

Os custos em questão são referentes à alocação de profissionais diretamente ligados à plataforma mercado bee4, além de todas as ferramentas de tecnologia relacionadas.

18. Despesas com pessoal e gerais e administrativas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Com Pessoal		
Salários e Ordenados	(1.628.997)	(2.164.711)
Pró-Labore	(1.268.207)	(1.027.854)
13º Salário	(149.280)	(202.318)
Férias	(173.050)	(278.865)
INSS	(780.692)	(915.522)
FGTS	(158.498)	(243.205)
Indenizações e Aviso Prévio	9.835	(74.117)
Assistência Médica e Social	(514.977)	(472.248)
Vale Transporte	(202.020)	(164.599)
Vale refeição	(44.736)	(66.874)
Assistência Odontológica	(4.719)	(490)
Outras despesas com pessoal	(4.998)	(2.739)
Total despesas com Pessoal	<u>(4.920.339)</u>	<u>(5.613.541)</u>
Gerais e Administrativas		
Assistência Contábil	(105.290)	(53.745)
Serviços Prestados por Terceiros	(4.162.133)	(4.500.677)
Depreciações e Amortizações	(69.731)	(72.615)
Despesas Legais e Judiciais	(17.936)	(284.180)
Materiais de Consumo	(71.276)	(41.822)
Serviços de Limpeza e Conservação	(35.922)	(34.549)
Aluguéis	(272.540)	(298.423)
Viagens	(95.636)	(73.632)
Impostos	(120.084)	(80.500)
Marketing	(41.338)	(93.207)
Feiras/eventos e confraternizações	(191.302)	-
Cursos e Treinamentos	(142.407)	-
Outras despesas	(148.512)	(96.929)
Total despesas Gerais e Administrativas	<u>(5.474.107)</u>	<u>(5.630.279)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em Reais, centavos eliminados)

## 19. Resultado financeiro líquido

Receitas Financeiras	31/12/2025	31/12/2024
Rendimento de aplicação financeira	177.010	124.193
Outras receitas financeiras	122.399	-
	<u>299.409</u>	<u>124.193</u>
Despesas financeiras	31/12/2025	31/12/2024
Despesas bancárias	(666)	(955)
Juros sobre empréstimos	(1.613.221)	(2.011.034)
Outras despesas financeiras	(118.437)	(53.694)
	<u>(1.732.324)</u>	<u>(2.065.683)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(1.432.915)</u>	<u>(1.941.491)</u>

## 20. Instrumentos financeiros

## Considerações sobre riscos

## (i) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora e gerência permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

## (ii) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No que diz respeito às negociações financeiras e demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições consideradas de primeira linha.

Os valores a seguir representam a exposição máxima de risco dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em Reais, centavos eliminados)

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	28.451	1
Aplicações financeiras	2.729.591	1.478
	<u>2.758.041</u>	<u>1.479</u>

## (iii) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir caixa suficiente para cobrir seus compromissos financeiros, por causa do descompasso do prazo ou do volume entre os recebimentos e pagamentos estimados (representado principalmente por empréstimos e financiamentos e fornecedores a pagar).

Para administrar a liquidez de caixa, futuros pressupostos de desembolsos e de recebimentos são estabelecidos, os quais são monitorados diariamente pela tesouraria.

## (iv) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas.

## Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

## (i) Caixa e equivalentes de caixa

O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações contábeis. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

## (ii) Contas a receber e contas a pagar a fornecedores

Registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Para a realização do cálculo do valor de mercado foram utilizadas estimativas de taxa de juros para operações com prazos e valores similares. O valor justo dos instrumentos financeiros, registrados com base nos juros contratuais de cada operação, não diferem significativamente dos valores apresentados nas demonstrações contábeis.

(iii) Empréstimos e financiamentos

Registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Para a realização do cálculo do valor de mercado dos mesmos foram utilizadas estimativas de taxa de juros para a contratação de operações com prazos e valores similares. O valor justo dos empréstimos e financiamentos, registrados com base nos juros contratuais de cada operação, não diferem significativamente dos valores apresentados nas demonstrações contábeis.

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, sendo que as coberturas são para edificações, maquinários, veículos, estoques, roubo, incêndio e lucros cessantes.

22. Eventos subsequentes

Não temos conhecimento de qualquer evento subsequente que mereça ser destacado.